

CRISE

Filho do ex-presidente disse que os comandantes da Câmara dos Deputados e do Senado podem sofrer sanções nos Estados Unidos, caso não avancem no impeachment de Alexandre de Moraes e no projeto da anistia para os golpistas

Nos EUA, Eduardo faz ameaças

» DANANDRA ROCHA

O deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) afirmou, ontem, que os presidentes da Câmara e do Senado, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP), poderiam ser sancionados pelo governo dos Estados Unidos. A declaração provocou reações no Palácio do Planalto. A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, acusou o filho do ex-presidente de “crime intolerável contra a soberania e a democracia no Brasil”.

“A cabeça do Trump é completamente imprevisível. A gente vai ver o que vai acontecer. Mas tenham uma certeza: não estou ameaçando os agentes ou os delegados da Polícia Federal. Estou trazendo a exata dimensão da realidade: os senhores serão sancionados. E sanção não é só não poder entrar nos Estados Unidos. É não ter contas bancárias, são coisas mais severas. Vocês serão impedidos de abrir uma conta no Gmail, uma conta na Uber”, afirmou Eduardo em entrevista à *Revista Oeste*.

Brasil e Estados Unidos vivem um impasse diplomático por causa da decisão do presidente Donald Trump de sobretaxar em 50% os produtos brasileiros. A medida deve entrar em vigor em 1º de agosto. Morando nos EUA, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou que encaminhou relatórios ao norte-americano e ao senador Marco Rubio, secretário de Estado, pedindo novas medidas contra autoridades brasileiras.

Eduardo também comemorou a suspensão do visto do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. O próximo passo, segundo o deputado licenciado, é convencer o governo de Trump de adotar sanções contra o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos, além das ofensivas contra Motta e Alcolumbre.

Na mesma entrevista, Eduardo afirmou que o Brasil pode estar “mais perto do que nunca” de ver a Lei Magnitsky ser aplicada contra o ministro Alexandre de Moraes. A legislação impõe uma série de sanções econômicas quando aplicada. A declaração ocorre em um

Reprodução/YouTube



Licenciado e morando nos Estados Unidos, o deputado do PL é alvo de investigação da Polícia Federal



A conspiração desse traidor da pátria com os agentes de Donald Trump descamba para uma chantagem cada vez mais indecente, exigindo a anistia de Jair Bolsonaro e o impeachment de Alexandre Moraes para suspender sanções dos EUA ao Brasil”

Gleisi Hoffmann, ministra

momento de mobilização da oposição no Congresso pelo impeachment de Moraes.

“O Davi Alcolumbre está no foco do governo americano e tem a possibilidade de não ser sancionado se não der respaldo a esse regime. E também o Hugo Motta, porque na Câmara dos Deputados tem a novidade da lei da anistia”, disse o deputado. “Tenho certeza de que Alcolumbre e Hugo Motta não são pessoas iguais a Alexandre de Moraes. Eles têm que prestar atenção ao que está acontecendo aqui”, concluiu.

PT reage

Após a entrevista, a ministra Gleisi Hoffmann classificou a fala de Eduardo Bolsonaro como “crime de lesa-pátria”. Para a chefe das Relações Institucionais, ele está conspirando contra o Brasil, com o apoio de agentes estrangeiros. “A conspiração desse traidor da pátria

com os agentes de Donald Trump descamba para uma chantagem cada vez mais indecente, exigindo a anistia de Jair Bolsonaro e o impeachment de Alexandre Moraes para suspender sanções dos EUA ao Brasil”, escreveu nas redes sociais.

Gleisi afirmou que as ações de Eduardo são intoleráveis. “A ameaça de Eduardo Bolsonaro aos presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, é um crime intolerável contra a soberania e a democracia no Brasil”, declarou.

Eduardo Bolsonaro afirmou estar “trabalhando” para pressionar autoridades estrangeiras a adotarem medidas contra o ministro do STF, que é relator de ações contra seu pai, Jair Bolsonaro, e seus aliados. Nos bastidores, ele tem celebrado movimentos de Trump, como o anúncio de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras a partir de 1º de agosto e o suposto



Depois dessa ameaça pública e absurda, Alcolumbre e Motta vão pautar esse projeto? Seria uma desmoralização completa do Congresso, uma rendição vergonhosa à pressão externa articulada por um deputado submisso a interesses estrangeiros”

Lindbergh Farias, deputado federal

» Michelle elogia Fux

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro elogiou o voto do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), de se colocar contra as medidas cautelares impostas ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Por meio das redes sociais, ela fez um trocadilho com o nome do magistrado e questionou: “Fux está sendo um facho de ‘lux’ no STF?”. Luiz Fux foi o único integrante da Primeira Turma a se posicionar contra a decisão do ministro Alexandre de Moraes de determinar o uso de tornozeleira eletrônica e a proibição ao acesso às redes sociais para o ex-chefe do Planalto. Apesar da divergência, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia votaram para manter as restrições.

cancelamento do visto americano de Alexandre de Moraes.

Eduardo Bolsonaro é alvo de um inquérito que apura se sua atuação internacional é possível articulação para pressionar instituições brasileiras por vias externas. O contexto é especialmente delicado, já que Jair Bolsonaro é réu no Supremo sob a acusação de ter participado de uma trama para tentar reverter o resultado eleitoral de 2022.

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) também criticou o filho do ex-presidente. O parlamentar disse que a “chantagem” terá efeito contrário.

“O efeito será o contrário. Alguém realmente acha que, depois dessa ameaça pública e absurda, Alcolumbre e Motta vão pautar esse projeto? Seria uma desmoralização completa do Congresso, uma rendição vergonhosa à pressão externa articulada por um deputado submisso a interesses estrangeiros”, afirmou o petista.

Supremo interroga núcleo 3 do golpe

» MAIARA MARINHO

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciará, na segunda-feira, os interrogatórios dos réus do núcleo 3 da ação sobre a tentativa de golpe de Estado. O grupo é formado por militares da ativa e da reserva do Exército Brasileiro, além de um agente da Polícia Federal. Segundo a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), eles atuaram para pressionar o alto Comando do Exército para aderir a trama golpista.

Os réus são: Bernardo Romão Correa Netto (coronel); Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira (general da reserva); Fabrício Moreira de Bastos (coronel); Hélio Ferreira Lima (tenente-coronel); Márcio Nunes de Resende Júnior (coronel); Rafael Martins de Oliveira (tenente-coronel); Rodrigo Bezerra de Azevedo (tenente-coronel); Ronald Ferreira de Araújo Júnior (tenente-coronel); Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros (tenente-coronel); e Wladimir Matos Soares (agente da Polícia Federal).

A denúncia apresentada pela PGR ao STF indica que uma das táticas para o golpe teria sido uma campanha pública deliberada para pressionar o Alto Comando das Forças Armadas a aderir a trama golpista. Além disso, o núcleo 3 era responsável por planejar os assassinatos do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do próprio ministro Alexandre de Moraes. Eles teriam atuado para fazer o monitoramento das autoridades.

Segundo a investigação, o plano foi batizado pelos golpistas de

“Punhal Verde e Amarelo” e aconteceria em 15 de dezembro de 2022, três dias após a diplomação da chapa Lula e Alckmin no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e também três dias depois dos ataques na sede da Polícia Federal, em Brasília. O plano também contava com a participação dos kids pretos. Eles teriam trabalhado para pressionar o Comandante do Exército e o Alto Comando, formularam cartas e agitando colegas em prol de ações de força no cenário político.

O general da reserva Estevam Cals Theophilo é acusado de omissão. A denúncia aponta que ele tinha conhecimento da trama e não agiu para impedi-la, além de ter chancelado e até mesmo dado suporte a algumas ações. A PGR entende que ele contribuiu com o avanço do planejamento. Neste grupo, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirma um dos principais articuladores na elaboração e difusão de documentos com informações falsas sobre as eleições, o coronel Bernardo Romão Correa, suspeito de ter coordenado reuniões para dar andamento nas ações de desinformação elaboradas no “gabinete do ódio”.

Militares suspeitos

O coronel Fabrício Moreira de Bastos é acusado de coletar informações para realizar o monitoramento de ministros do Supremo. Ele teria organizado reuniões para discutir medidas coercitivas durante as eleições de 2022. Márcio Nunes Resende e Hélio Ferreira

Ed Alves CB/DA Press



Grupo de interrogados inclui réus que planejavam sequestro e execução de autoridades

Lima faziam parte do grupo de vigilância de autoridades e teriam elaborado relatórios de inteligência para discutir ações com uso da força. As informações teriam sido repassadas pelo agente da PF Wladimir Matos Soares, que coletou os dados de dentro da instituição.

As estratégias de intervenção federal e ruptura institucional ficaram a cargo dos tenente-coronéis Rafael Martins de Oliveira, Rodrigo Bezerra de Azevedo e Ronald Ferreira de Araújo. Eles são apontados como coordenadores de ações de rua e

incitação à violência, mobilização de agentes do Exército para participação nas ações, além de articulação junto aos manifestantes golpistas.

Na semana passada, foram interrogados os réus dos núcleos 2 e 4. O grupo 3 é o último a ser interrogado. Os interrogatórios são considerados uma fase decisiva para a defesa. É nesse momento que o réu pode explicar sua conduta, afastar a acusação ou reforçar a tese de defesa. Também podem ser usados para confrontar versões, identificar contradições e enfraquecer provas.

Eles são denunciados pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, envolvimento em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Caso a Primeira Turma aceite a denúncia da PGR, os acusados se tornarão réus e passarão a responder a uma ação penal. O colegiado é formado pelos ministros Alexandre de Moraes, relator do caso, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Flávio Dino.

Contas bloqueadas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou, ontem, bloquear os cartões, as contas e a chave Pix do senador Marcos do Val (Podemos-ES). A determinação aconteceu um dia após o parlamentar viajar para os Estados Unidos, mesmo impedido pelo magistrado.

Investigado por obstrução de Justiça depois de expor fotos do delegado da Polícia Federal, Fábio Schor, responsável pelas investigações contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em agosto do ano passado, Do Val foi alvo de buscas em seu endereço. A PF esteve no local para apreender passaportes do parlamentar, mas os documentos não foram encontrados.

Ele possui passaporte diplomático, com o qual entrou nos EUA. A decisão de suspensão do documento pela Corte ocorreu após suspeitas de que o parlamentar integrava um grupo que teria como objetivo intimidar policiais federais.

Durante live realizada na quinta-feira, o parlamentar informou que viajou para Orlando. “Não estou aqui fugindo, estou curtindo e dando atenção à minha filha no parque Universal Orlando. Alexandre de Moraes recebeu com 15 dias de antecedência informações de onde eu estaria, qual era o meu voo, o hotel que eu estou e até os ingressos que eu comprei”, comentou.

O senador afirmou que desde 2023 mantém contato com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marcos Rubio, em busca de sanções contra os ministros do Supremo.